



XIV Encontro Nacional da ANPUR

23 a 27 · maio · 2011 · Rio de Janeiro

XIV ENCONTRO NACIONAL DA ANPUR
Maio de 2011
Rio de Janeiro - RJ - Brasil

AGRICULTURA URBANA: PRÁTICA ESPONTÂNEA, POLÍTICA PÚBLICA E TRANSFORMAÇÃO
DE SABERES RURAIS NA CIDADE

Maura Neves Coutinho (Prefeitura Municipal de Nova Lima) - mauranc@yahoo.com.br
Mestre pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGC/UFMG, gestora pública - Prefeitura Municipal de Nova Lima

Heloisa Soares de Moura Costa (Universidade Federal de Minas Gerais) - hsmcosta@ufmg.br
Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia – IGC/UFMG, Pesquisadora do CNPq.

Agricultura Urbana: Prática Espontânea, Política Pública e Transformação de Saberes Rurais na Cidade

Resumo: O artigo discute as práticas de agricultura urbana (AU) que ocorrem em várias cidades do mundo. Enfocamos iniciativas que ocorrem em Belo Horizonte realizadas tanto pela população moradora de vilas e bairros periféricos, de modo informal e espontâneo, quanto pelo governo local que a toma como objeto de intervenção pública com finalidades específicas. Propõe-se uma reflexão sobre a natureza da cidade que é constituída principalmente de ambiente construído, mas, também, de áreas verdes, parques e terrenos vagos aos quais são destinados vários usos, inclusive o uso agrícola. O artigo discute as potencialidades da AU para favorecer a cidade ecológica, a cidade produtiva e a cidade inclusiva que são noções relacionadas às dimensões ambiental, social e cultural da cidade. Pondera, ainda, sobre a dificuldade de acesso seguro à terra urbana para manutenção das práticas de AU que são espacialmente localizadas e se caracterizam pela oferta de produtos alimentícios. Concluímos que a discussão sobre a AU ainda é frágil e enfrenta desafios para a sua efetivação enquanto política social com rebatimento nas políticas urbanas. A AU não é prática nova, mas é um campo de pesquisa novo e, por isso, deve ser compreendida como parte dos processos e lutas que compõe a realidade urbana atual.

Agricultura Urbana: Prática Espontânea, Política Pública e Transformação de Saberes Rurais na Cidade

Introdução

O planejamento urbano busca ordenar e solucionar os problemas urbanos que, em algumas circunstâncias, são compreendidos como resultado de ações irracionais e desordenadas. Contudo, há espontaneidades que ocorrem à margem dos mecanismos e processos formais, como a legislação e os planos urbanísticos, que também buscam solucionar problemas presentes no cotidiano da urbanização. Um exemplo são as práticas da agricultura urbana que ocorrem em várias cidades do mundo. A agricultura urbana agrega práticas produtivas voltadas para o consumo próprio e/ou venda para o mercado local urbano. Ocorre em diferentes áreas, em termos de tamanho, localização e propriedade da terra (pública ou privada). Observamos que são práticas que ocorrem de modo informal, espontâneo e espalhado (pontual) pela cidade.

A agricultura urbana traz elementos que podem nos ajudar a rever a idéia de que a cidade é o produto da técnica, exclusivamente constituída de ambientes construídos. Nas cidades há, também, áreas verdes, parques e terrenos vagos aos quais são destinados vários usos, inclusive o uso agrícola. Em algumas áreas produzem-se flores, alimentos e animais. São produtos tangíveis, inseridos no mercado local, possibilitando a inserção de produtores no mercado urbano, mesmo que informalmente.

Além de ofertar produtos tangíveis a agricultura urbana é constituída por um conjunto de práticas espacialmente localizadas, portanto que demandam acesso a terrenos e a áreas naturais urbanas para a reprodução das atividades de grupos que plantam e fazem extrativismo nas cidades. Estas práticas trazem a possibilidade de diversificação das formas e dos usos do espaço urbano, ao atribuir ao solo a fertilidade que devolve o seu valor de uso e o sentido de matéria prima para o cultivo de alimentos. Apesar desta demanda, há nas cidades uma disputa pelo uso da terra para realização de diversas atividades, formais ou informais (SINGER, 1979). Diante das atividades econômicas que buscam assegurar à terra urbana um valor de troca — tal como coloca Santos (2008 [1981]) — dado pela sua localização, seu prestígio e possibilidade de maior remuneração, os produtores agrícolas urbanos estão em desvantagem.

Tendo em conta o rápido e intenso processo de urbanização brasileira, é um desafio pensar na destinação de terrenos vagos para o plantio, mesmo quando estes existem em grande quantidade nas cidades. O desafio decorre do fato prático dos terrenos terem donos e, em termos teóricos, do fato que o uso agrícola dos terrenos exige a junção das noções de

agricultura, tida como atividade econômica rural, e de cidade, tida como o lugar das atividades não-agrícolas. São diversas as dificuldades de implantação e manutenção das iniciativas de agricultura urbana. Além do acessar a terra urbana vazia, os produtores têm dificuldades em acessar outros insumos, como água e sementes.

Tal como apresentaremos neste texto, a agricultura urbana apenas recentemente vem ganhando visibilidade e sendo inserida na agenda pública e de financiadores, em função de sua potencialidade para articular vários temas importantes para tais agendas. As práticas de agricultura urbana possibilitam o debate político sobre questões como: 1) a questão ambiental das cidades; 2) a insegurança alimentar; e 3) o acesso à terra e a segregação socioespacial a que está submetida a maioria da população urbana. Parcela desta população — originária (muitas vezes expulsa) do meio rural — potencializou o processo de favelização e periferização urbana. A contradição se instaura na medida em que as cidades, compreendidas como o lugar do acesso aos equipamentos coletivos de consumo e serviços públicos em oposição ao meio rural, não são totalmente urbanizadas ou tem o acesso a tais equipamentos e serviços distribuído de forma desigual.

As práticas de agricultura urbana são, também, de cunho econômico favorecendo a construção da autonomia dos sujeitos, pois promovem o cultivo de alimentos e democratizam o acesso aos alimentos, aos remédios e à renda (monetária e não monetária) na cidade onde tudo deve ser comprado.

Diante do exposto, surgem algumas questões que norteiam este trabalho. Qual o lugar das práticas agrícolas realizadas pelos “camponeses desterrados” e “operários pobres” — para usar as expressões de Moreira (2008) — nas cidades capitalistas? É possível pensar na cidade como lugar do cultivo agrícola? O que é o uso produtivo da cidade? Em que a agricultura urbana pode nos ajudar a conceber a cidade do futuro? Quais as possibilidades de apoio do poder público para a realização de práticas agrícolas na cidade?

A agricultura urbana apresenta-se como uma opção para o combate à pobreza com melhorias na segurança alimentar e nutricional, na qualidade ambiental das cidades e na destinação social da terra urbana.

Santandreu e Lovo (2007) identificaram, nas capitais brasileiras, iniciativas de agricultura urbana financiadas pela sociedade civil, universidades e setores privados, assim como pelos três níveis de governo — federal, estadual e municipal — e, também, identificaram vários movimentos sociais urbanos e rurais que apóiam e desenvolvem práticas da agricultura urbana.

Há em Belo Horizonte grupos organizados que se esforçam para trazer à tona as práticas produtivas populares (entre elas a agricultura urbana), que, apesar de serem eficientes para responder algumas necessidades populares, permanecem no anonimato. O município tem uma longa trajetória de trabalhos em torno da agricultura urbana, na busca de

apoio às práticas. Ainda na década de 1990, foi implantado o Programa Centros de Vivência Agroecológico (CEVAE) e mais recentemente, no período de 2005 a 2008, o Programa Cidades Cultivando para o Futuro (CCF) que trataremos neste texto.

Neste texto, parte-se de dois pressupostos: o cultivo agrícola nas cidades não constitui uma ação nova, embora alguns debates façam parecer que tal prática é recente, criada e incentivada por governos locais ou por organismos não governamentais com finalidades específicas; e a agricultura urbana não é apenas resquício do rural no urbano, mas uma prática que pertence ao ambiente urbano.

Potencialidades da Agricultura Urbana

As práticas de manejo do solo e criação de animais que vêm sendo incorporadas à definição de agricultura urbana não são novas no meio urbano, mas, no meio acadêmico e institucional, essa expressão é uma novidade. Para que o tema seja colocado na agenda pública de debates, algumas agências de desenvolvimento esforçam-se para sensibilizar a universidade, o poder legislativo e executivo e a sociedade civil organizada para ações voltadas à atividade da agricultura urbana.

Os debates sobre a agricultura urbana surgem a partir da emergência, na década de 1980, de um novo pensamento ambiental e são reafirmados quando tal prática é tomada como uma resposta aos desafios colocados aos governos locais, responsáveis por criar ações públicas contra a fome e a pobreza urbana, alarmantes na década de 1990.

Três argumentos servem de incentivo às práticas de agricultura urbana em várias cidades do mundo ressaltando suas potencialidades para contribuir com a resolução de problemas sociais e ambientais urbanos — eles estão relacionados à promoção da cidade ecológica, da cidade produtiva e da cidade inclusiva. Tais argumentos, como se verá, favoreceram o forte incentivo às práticas da agricultura urbana em várias cidades do mundo, inclusive em Belo Horizonte. Até meados da década de 1970, os movimentos ambientalistas tenderam a hostilizar as cidades. As análises ambientais, especificamente as pesquisas ecológicas, centraram os estudos nos processos naturais e biológicos, negligenciando estudos ecológicos em áreas urbanas. A cidade era compreendida como elemento consumidor de recursos naturais e degradador do ambiente natural. Enquanto tal, era um *ambiente-morto*, para usar o termo de Monte-Mór (1994, p. 174): “Os ecólogos e ambientalistas parecem ter dificuldades em pensar a ecologia e a biodiversidade a nível do ambiente construído”.

A representação da cidade apenas como ambiente construído, reforça a visão dualista entre natureza e sociedade, que aparece nas políticas de cunho conservacionista, na qual a limitação dos locais a serem protegidos parece dizer que todo o resto, não

protegido, poderá ser construído ou artificializado. Do ponto de vista das análises urbanas predominantes na segunda metade do século XX, havia uma forte valorização de um modo de vida urbano e industrial, pautada na idéia de que a natureza deveria ser controlada e colocada à serviço da ação humana em detrimento da aproximação com a natureza, que era considerada sinal de pouca civilidade. Eugene Odum (1977) aponta como a educação de crianças e jovens ajuda no desenvolvimento do desgosto por tudo o que é vivo.

Em decorrência de diversos desastres ambientais e problemas de saúde causados pela poluição atmosférica e nuvens tóxicas — ocorridos entre as décadas de 1930 e 1960 em alguns países, como os Estados Unidos da América, Inglaterra, Japão e Índia —, começa-se a perceber as limitações do modelo urbano-industrial, em que a natureza é um recurso finito a ser manipulado pela técnica, desenvolvendo-se, assim, novas concepções sobre os problemas ambientais (HOGAN, 1989). Embora o poder técnico de alterar, artificializar e tornar eficiente os processos naturais tenha sido ampliado, tal ampliação deu-se desproporcionalmente à capacidade de compreensão do ambiente (ODUM, 1977).

Na década de 1980, movimentos ambientalistas europeus e norte americanos passaram a questionar a idéia de cidade em oposição ao ambiente natural e a pensá-la como um ecossistema (BRAND; MUÑOZ, 2007). Enquanto um ecossistema, no qual há trocas de energia e matéria, era insustentável a produção industrial de alimentos longe das cidades, para onde deveriam ser transportados.

A partir destas novas idéias, surgiram argumentos técnicos, de ordem ambiental, favoráveis ao cultivo de alimentos dentro das cidades, como a redução do consumo de combustível fóssil, manutenção de área permeabilizada, melhoria do clima local e da biodiversidade urbana. Esses são os primeiros argumentos que explicitam as potencialidades da agricultura urbana — relacionados à sua contribuição para a promoção da cidade ecológica. A idéia da cidade ecológica traz preocupações de ordem ambiental para o debate sobre o espaço urbano.

A agricultura urbana caracteriza-se como uma forma de autoprodução de folhosas comestíveis e medicinais entre outras formas de vegetais e animais, facilitadora do acesso a alimentos pela família e comunidade, cujo excedente pode ser comercializado localmente. Ocorre em diferentes locais, como por exemplo quintais, lajes de cobertura residencial, escolas públicas, terrenos vazios, ao longo de avenidas e faixas de domínio de redes de alta tensão. Revela-se como uma atividade produtiva e interativa que rebate a idéia predominante de que área urbana não-construída é sinônimo de área ociosa.

Na década de 1990, a agricultura urbana foi apontada pelas agências internacionais de desenvolvimento como uma ação com potencial para dar respostas aos crescentes problemas urbanos de ordem social, decorrentes da crise econômica e dos resultados das políticas de ajuste estrutural ditadas pela visão neoliberal. O contexto era de junção das

políticas ambientais internacionais com o tema da pobreza urbana e formulação de metas a serem adotadas pelos países, a exemplo das oito Metas do Milênio (BRAND; MUÑOZ, 2007).

A Declaração do Milênio das Nações Unidas estabeleceu, no ano 2000, oito metas de desenvolvimento que contribuíram para impulsionar a discussão sobre agricultura urbana. A erradicação da pobreza extrema e da fome até 2015 é a primeira meta do milênio. Tais problemas sociais são pensados, pelos financiadores, como os principais motivadores para realização de práticas agrícolas nas cidades, tal como exposto na Revista de Agricultura Urbana, em sua primeira publicação. A agricultura urbana é apontada, também, como capaz de contribuir para a realização de outras três metas: reduzir a mortalidade infantil, melhorar a saúde materna e assegurar o desenvolvimento ambiental (PNUD, 1996).

O segundo argumento favorável à agricultura urbana a coloca como uma alternativa plausível para o cultivo de alimentos — trazendo a idéia de cidade produtiva — para atender à população urbana marginalizada e desnutrida em um contexto de crises diversas. Passou a ser adotada pelos governos locais, muitos dilapidados financeiramente, e incorporada, principalmente, nas políticas sociais voltadas à promoção de segurança alimentar e de combate à pobreza urbana.

Brand e Muñoz (2007) apontam um terceiro argumento que contribui para que a agricultura urbana se torne prática de interesse dos governos locais: seu potencial de promover inclusão social. O ideário neoliberal, ao definir modelos para as políticas econômicas nacionais se adequarem à reestruturação produtiva do sistema capitalista, contribuiu para ampliar a desigualdade social e a marginalização econômica de grande número de trabalhadores que foram relegados à economia informal e às áreas informais da cidade. A agricultura urbana torna-se elemento de inclusão social na medida em que as iniciativas dos indivíduos e os saberes locais passam a ser valorizados e considerados elementos formadores de identidade cultural.

Para Crispim Moreira (2008), a agricultura urbana é meio de sobrevivência tanto dos “camponeses desterrados” quanto dos “operários pobres”. “Famílias de trabalhadores nas metrópoles, diante da cidade que tudo lhes nega, tramam processos, traçam novos caminhos, reinventam caminhos, fazem da agricultura um modo de vida” (MOREIRA, 2008, p. 243). Essa mesma cidade da negação é, para Cássio Hissa e Adriana Melo (2008, p. 295), o desejo do homem “[...] que adquire formas, desenhos, caminhos [...] intensos de vida cultural”.

São diversos os desejos e as possibilidades de existência na cidade, embora seja um desafio pensar em ações concretas na direção da construção de cidades sustentáveis e aglutinadoras de diversidade cultural e biológica no contexto de urbanização extensiva e de crises urbanas, como reforça Monte-Mór (1994). É um desafio pensar e operacionalizar o

acesso ao solo urbano que lhe devolva o valor de uso, permitindo a inserção da população urbana pobre na economia urbana, e favorecendo a criação de meios de reprodução da condição de morador da cidade. A agricultura urbana é uma provocação ao pensamento que considera impossível a emergência de um novo ambiente urbano em que o habitat humano e os processos naturais coexistam.

Nos contextos apresentados, os argumentos de legitimação criaram condições favoráveis ao consenso de que a agricultura urbana é uma área de intervenção pública, que apresenta benefícios potenciais e que pode ser realizada através do uso de uma variedade de espaços urbanos e de contextos culturais. Tais argumentos são empregados pelas agências de desenvolvimento e ONGs internacionais e locais, como apresentaremos ao narrar experiências em Belo Horizonte, ao darem apoio financeiro e assessoria à inserção da agricultura nas políticas sociais e urbanas existentes e à formulação de novas políticas. Como resultado tem-se a formulação e execução de vários programas e projetos de agricultura urbana, no início do século XXI, como linha de ação das políticas urbanas nacionais e internacionais, em várias cidades do mundo, inclusive da América Latina.

Agricultura como prática urbana que expressa valores rurais

A junção de palavras-conceito que formam a expressão agricultura urbana parece criar uma contradição de termos, pois combina domínios — agricultura e urbanização — historicamente vistos como opostos. A oposição é provocada pela prevalência, na atualidade, da idéia moderna que divide cidade e campo, ou seja, espaço construído e espaço de uso agrícola.

A cidade foi interpretada e transformada, a partir da revolução industrial, em uma base material favorável à acumulação industrial, lugar do aperfeiçoamento técnico e lugar de atividades não-agrícolas. Por outro lado, ao campo foi atribuído o papel de produtor de excedente alimentar a ser transportado para ser consumido na cidade (SANTOS, 2008 [1988]). A relação dicotômica, estabelecida entre esses elementos, está fundamentada na idéia de divisão do trabalho que cria barreiras ao pensamento que não estabelece tal divisão, mas, ao contrário, reconhece a possibilidade de enriquecimento das práticas e da vida coletiva a partir da diversidade de atividades, sem desconsiderar suas especificidades.

Pensar a cidade como um lugar onde o solo é fértil e, por isso, pode ser cultivado, é acreditar que a relação da sociedade urbana com seu espaço pode ser diferente. Isso não quer dizer que a agricultura urbana é a realização da produção de alimentos *na* cidade. Tal idéia poderia ser traduzida na imagem segundo a qual a agricultura urbana resulta da transposição de um saber fazer, de um modo de ser, do campo para as cidades ou um resquício indesejado que resulta da urbanização incompleta. Nesses termos, não se traz

nada de novo para a discussão que se quer fazer, mas se reitera, de forma disfarçada, a relação dicotômica entre cidade e campo.

O que é relevante para o debate é buscar pistas que permitam a emergência de um pensamento diferente sobre esta relação, ou seja, que favoreçam a conciliação — em um contexto em que o limite (rígido) entre cidade e campo não é tão evidente — entre o que fora compreendido como inconciliável.

A agricultura faz parte da dinâmica da cidade e, por isso, parece equivocado considerá-la uma anomalia dentro do espaço urbano. Alguns *camponeses desterrados*, ao deixarem o lugar de origem, deixam para trás relações importantes, mas carregam consigo hábitos e valores de solidariedade e pertencimento à natureza. A agricultura urbana incorpora práticas que expressam elementos típicos da vida rural. Esse pode parecer um contra-argumento à idéia aqui defendida. No entanto, não é assim que se deseja que tal fato seja compreendido, pois é importante ter em conta que nenhum fenômeno social pode ser compreendido apenas em si mesmo.

No processo de experimentação e assimilação da nova realidade — urbana — pelo imigrante, há uma dupla construção: do passado e do presente. O passado, ao ser visitado por intermédio da memória, resulta nunca composição entre elementos ajustados a partir do ponto de vista do tempo presente, de silêncios e de esquecimentos. As lembranças e os esquecimentos emergem de acordo com as adequações ao presente em relação ao qual se busca ser coerente. Esse presente, que se cria cotidianamente, é uma construção feita, também, a partir da interpretação do tempo passado¹. Nesse processo simultâneo, se constroem novos hábitos, valores e práticas. Aqui, o hábito está sendo compreendido como modos de ser e modos de viver que não se reduzem à repetição de um passado resgatado.

A agricultura presente nos interstícios das cidades é praticada por homens e mulheres urbanos, sendo parte deles originários do campo onde podem ou não ter desenvolvido trabalhos agrícolas. Ressalta-se que a origem rural não indica necessariamente uma vivência de realização do indivíduo através do trabalho na terra, mesmo que esse seja um praticante de agricultura urbana, e nem mesmo que é um determinante para despertar o gosto pelo manejo da terra. Há indivíduos originalmente urbanos que primam pela prática de agricultura urbana.

A agricultura urbana, realizada no tempo presente, resulta dos fragmentos e misturas de tempos: é lembrança, que é uma forma de segurar o tempo, as coisas, os cheiros, os sabores e as pessoas queridas, e, também, construção do novo.

Esses aspectos são importantes, pois os esforços, embora bem intencionados, de valorização da agricultura urbana através de referências do mundo rural e do tempo passado pouco ajudam na compreensão do papel desta prática na construção de projetos na perspectiva da justiça territorial. Parece haver dois riscos associados a esta concepção.

Primeiro o de cair na nostalgia do que passou, tornando difícil a identificação das possibilidades. É preciso atenção ao tempo presente, pois este nos é dado para usufruto e dele não podemos nos desvincular. Segundo porque parece haver uma concepção generalizada, embora equivocada, de que as ações populares, inclusive a arte popular, tal como expõe Coelho Frota (2009), estão fixadas no passado por uma incapacidade de criar coisas novas. Tal concepção as exclui e invisibiliza, pois as distancia no tempo e no espaço da sociedade urbana moderna.

Na expressão agricultura urbana, o adjetivo “urbana” localiza a prática agrícola na cidade. Contudo, não é só a localização que diferencia a produção na cidade da produção no campo, pois não se trata de uma simples transposição de práticas e saberes associados. Se não se trata de uma repetição em outra circunstância, o que poderia haver de propriamente urbano nas práticas da agricultura urbana? Novos saberes são produzidos e novos sentidos são dados às práticas de cultivo do solo. Tal como ensina Renato Lessa (2009), os seres humanos têm alta capacidade de inventar coisas, resignificar a vida social e definir formas diversas de vida.

É importante evitar o excesso de romantização capaz de obscurecer a realidade e fortalecer o pensamento dicotômico das práticas pensadas como puro resgate saudosista do que aconteceu no passado de outro lugar, ou da vida do trabalhador do campo. Espaço que vem sendo representado e produzido como lugar de refúgio, do descanso, em contraposição à vida na cidade, pensada e produzida como o ambiente morto, distante dos ritmos da natureza, e do trabalho alienado que é, também, uma visão preconceituosa da cidade.

A realização de práticas agrícolas dentro das cidades traz novas possibilidades de compreensão do espaço urbano e novos elementos para fortalecer os argumentos que buscam refutar as dicotomias modernas entre campo-cidade, natural-artificial que afetam diretamente a dinâmica territorial. A cidade não é apenas o lugar da técnica materializada, nem o campo é apenas o lugar da agricultura e dos ritmos da natureza. Essa renovação conceitual deve ser feita para que as novas relações socioespaciais entre esses espaços possam ser compreendidas, bem como as novas territorialidades dela advindas.

Apesar do rápido e intenso processo de urbanização da sociedade brasileira, as cidades não são constituídas exclusivamente de espaços construídos, “prótese sobre a terra”, para usar a expressão de Milton Santos (2008 [1988]). Práticas espontâneas dividem o espaço urbano com as práticas hegemônicas de uso e ocupação do solo urbano.

Agricultura urbana em Belo Horizonte e em sua região metropolitana

Belo Horizonte foi selecionada pela organização Promoção do Desenvolvimento Sustentável (IPES), do Peru, e pela Rede Internacional de Centros de Recursos em

Agricultura Urbana e Segurança Alimentar (Fundação RUAFA), da Holanda, no ano de 2005, para ser a primeira cidade brasileira a desenvolver um programa de planejamento voltado à institucionalização das práticas da agricultura urbana. No entanto, a experiência de BH com agricultura urbana é anterior: no ano de 1993, foram iniciados os debates sobre a inserção da agricultura urbana nos planos de ação da Secretaria Municipal de Abastecimento e da Secretaria Municipal de Meio Ambiente. No ano de 1996, foi implantado o primeiro Centro de Vivência Agroecológico em uma área periférica de baixa renda e com demanda, da população, por um projeto de produção de alimentos.

O Programa Centro de Vivência Agroecológica foi implantado a partir de convênio entre a ONG Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativasⁱⁱ (REDE), a Secretaria Municipal de Abastecimento e a Secretaria Municipal de Meio Ambiente, tendo apoio financeiro do Fundo *Local Initiative Facility for Urban Environment* (LIFE), criado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) após a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento de 1992 (BARBOSA, 2002).

Foram construídos quatro Centros localizados em bairros periféricos. Quanto à infraestrutura, a previsão era de que cada CEVAE ocupasse uma área média de 1 ha e contivesse uma sala de multimeios, um escritório, uma cozinha experimental e um depósito (TELLES, 2006). O programa realizou oficinas de valorização e melhoria de quintais urbanos; educação ambiental; educação alimentar; plantas medicinais; produção de hortas e pomares comunitários através de técnicas agroecológicas; recuperação de áreas degradadas e sistematização do conhecimento produzido sobre saúde, alimentação e agroecologia, voltados para as pessoas de baixa renda com o intuito de fortalecer as comunidades e permitir o seu autoabastecimento e geração de renda (PBH, [s.d.]). Atualmente, o Programa está sob gestão da Fundação de Parques Municipais (FPM), criada em 2005, vinculada à Secretaria Municipal de Políticas Urbanas.

No momento da implantação do Programa CEVAE, a expressão agricultura urbana era desconhecida por aqueles que a executavam e não havia a disponibilidade de recurso, tal como na atualidade, como explica um participante que acompanhou o processoⁱⁱⁱ. Foi ao longo da década de 1990 que a agricultura urbana ganhou visibilidade, através da disponibilização de estudos sobre o tema na *internet* e do surgimento de programas de apoio técnico e financeiro pelas agências de desenvolvimento internacional, que se voltavam para novos conceitos, como desenvolvimento sustentável, agricultura sustentável e sustentabilidade dos assentamentos humanos (MADALENO, 2002).

O Programa CEVAE, embora tenha perdido importância ao longo das subsequentes gestões municipais, representou uma novidade ao criar caminhos para a inserção de práticas agrícolas nas políticas ambientais e de abastecimento através de um programa municipal, por ser fruto de parceria entre o poder público e a sociedade civil e pela

capacidade de articulação das ações entre diversas secretarias municipais. Atualmente, o CEVAE vem sendo retomado em decorrência da repercussão do Programa Cidade Cultivando para o Futuro que é outra experiência de agricultura urbana em Belo Horizonte.

O Programa CCF foi implementado em várias metrópoles da América Latina, África, Ásia e Oriente Médio, com duração de quatro anos, através de estímulos econômicos da Fundação RUAF^{iv}.

Na América Latina, três cidades, identificadas como cidades piloto, foram selecionadas para receber o programa: Villa Maria Del Triunfo, no Peru, Bogotá, na Colômbia e Belo Horizonte, no Brasil. As cidades de Governador Valadares, Contagem, Macaé, São Paulo e Santa Maria, algumas localizadas dentro de regiões metropolitanas brasileiras, foram selecionadas e identificadas pelo Programa como cidades sócias, que são aquelas que receberam certo aporte de recursos para acompanhar a experiência da cidade piloto, a fim de promover projetos municipais de agricultura urbana, tendo em conta os gastos e investimentos necessários.

Os objetivos do programa são reduzir a pobreza urbana, promover segurança alimentar, melhorar a qualidade ambiental das cidades, empoderar os “agricultores urbanos” e promover governabilidade participativa. Para tanto, buscou-se: apoiar iniciativas locais da agricultura urbana para que fossem inseridas em políticas e programas de governos existentes, principalmente garantindo terra para tanto nas leis de uso do solo; capacitar atores locais sobre o tema agricultura urbana, para que possam planejar e implementar novas políticas públicas e ações em que a agricultura seja a ação estratégica capaz de cumprir os objetivos do programa; facilitar processos com perspectivas participativas e de gênero.

O Programa foi coordenado conjuntamente pela ONG REDE — representante da sociedade civil — e pela Secretaria Municipal de Políticas Urbanas — representante do poder público municipal (COUTINHO, 2007).

O Programa CCF ampliou as discussões públicas sobre a viabilidade de inserção de práticas agrícolas em cidades metropolitanas e sobre a importância de sua incorporação nas políticas de planejamento e gestão do território urbano e não somente nas políticas sociais como aquelas voltadas à segurança alimentar e nutricional. Na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), a capital tornou-se um centro de divulgação e multiplicação das experiências de agricultura urbana.

Outras ações buscam o reconhecimento da agricultura urbana em Belo Horizonte. Foi definida na III Conferência Municipal de Política Urbana (2009) a incorporação da agricultura urbana na Lei de parcelamento, ocupação e uso do solo (Lei nº 7.166/1996. Art. 64), na lista de categorias de atividades econômicas permitidas na cidade junto ao comércio, indústria, serviços de uso coletivos e serviços gerais. Ainda é difícil apontar quais serão as

repercussões para os produtores urbanos pobres que atuam informalmente, na medida em que a legalização da prática traz a possibilidade de taxaço da atividade, mas traz também a possibilidade de isenções e financiamentos.

O debate sobre agricultura urbana no Brasil tem rebatimento em outras esferas de governo. No âmbito federal, a temática entrou na relação de compromissos a serem tratados pelo governo federal ao ser assumida institucionalmente pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome como ação de desenvolvimento social promotora, especialmente, do direito humano à alimentação. No âmbito do Estado de Minas Gerais, há uma lei de apoio à agricultura urbana que visa articular as políticas agrícola e urbana a fim de promover a Segurança Alimentar e Nutricional e a agricultura sustentável, contudo nenhum programa foi efetivamente implantado.

No ano de 2010 o tema da agricultura urbana foi inserido no Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado da Região Metropolitana de Belo Horizonte (PDDI/RMBH). Um dos objetivos do PDDI é construir um processo de planejamento metropolitano mobilizador da esfera pública e que seja capaz de fazer convergir interesses e articular ações entre municípios que integram a RMBH, o governo do estado, a sociedade civil organizada, o setor privado e municípios pertencentes ao colar metropolitano. Neste processo a agricultura urbana aparece como possibilidade de pesquisa e ação, também, em escala metropolitana. Como parte do Plano, foi elaborado um Programa Metropolitano de Agricultura Urbana associado à Política Metropolitana de Segurança Alimentar e Nutricional de cuja elaboração participamos.

Caminhos traçados pelos produtores agrícolas urbanos

A proposta de implantação de uma política de agricultura urbana na cidade de Belo Horizonte vem ao encontro da ocorrência de iniciativas, presentes em vários lugares da cidade, marcadas por diferentes formas de organização e abrangência. Para ilustrar as reflexões, apresentaremos exemplos de iniciativas de agricultura urbana que ocorrem no município de Belo Horizonte, onde, legalmente, não há área rural, mas onde permanecem em seus interstícios práticas e hábitos típicos do rural, como plantar para alimentar e para curar. Para tanto, resgataremos nossa vivência junto aos grupos de agricultora urbana, instituições, organizações e representantes do poder público ligados à temática em questão^v.

São iniciativas individuais ou familiares e iniciativas comunitárias como a Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal, a Horta Comunitária Terra Nossa e a experiência do Grupo Semear. As três iniciativas comunitárias citadas têm formas de organização distintas entre si e é possível agrupá-las da seguinte maneira: as duas primeiras serão apresentadas

tendo em conta o lugar que ocupam na cidade (vilas e favelas), e a última chamaremos de iniciativa comunitária organizada, tendo em conta o agente social que realiza as práticas. Privilegiaremos estes dois aspectos na análise com a finalidade de evidenciar a diversidade de formas e contextos em que são realizadas tais iniciativas.

Iniciativa familiar ou individual

Muitas práticas de agricultura urbana são realizadas individualmente ou através da ajuda de membros da família. Identificamos e visitamos algumas experiências que ocorrem em dois conjuntos habitacionais localizados em bairros periféricos da região do Barreiro em Belo Horizonte: o Conjunto Bonsucesso e o Conjunto Jatobá 4.

No Conjunto Bonsucesso, foram identificadas: a criação de cavalos em área pública; a produção de morango em jarros dispostos na laje de cobertura da habitação; e produções de folhosas na beira do Córrego Bonsucesso. As condições sanitárias são precárias, pois estas atividades estão localizadas às margens do córrego Bonsucesso, que geralmente atravessa ou corre nos limites dos quintais e é depositário de resíduos sólidos e líquidos diversos.

No Conjunto Jatobá 4, foram identificadas as seguintes iniciativas: criação de patas, na laje para produção de ovos que são comercializados por ser um alimento energético e adequado ao tratamento de anemias, conforme informado pela produtora; produção de plantas medicinais e árvores frutíferas em quintais; e criação de vacas, porcos e produção de mandioca no terreno de uma escola infantil que tem extensa área vazia.

Nas práticas familiares e individuais é mais freqüente o uso de espaços privados, como os quintais que oferecem maior comodidade aos produtores que podem associar o morar, o trabalhar e o lazer. Esse uso dos quintais, progressivamente desvalorizado enquanto espaço de produção para o consumo próprio, vem se retraindo e dando lugar à ampliação das casas ou construção de outras unidades no mesmo lote.

Iniciativa Comunitária

As práticas comunitárias são realizadas por indivíduos sem laços de parentesco. Contudo, moram em uma mesma área periférica e unem-se solidariamente para realizarem atividades coletivas. Diferentemente da maioria das práticas familiares ou individuais, a produção organizada coletivamente ocorre, principalmente, em áreas vazias da cidade, próximas aos locais de moradia. Para exemplificar essa forma de organização da agricultura urbana, apresentam-se duas iniciativas que ocorrem em duas vilas de Belo Horizonte: Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal e Horta Comunitária Terra Nossa.

A Horta Comunitária Vila Santana do Cafezal, implantada em 2005, situa-se em área de propriedade pública, localizada atrás da sede da Associação de Moradores da Vila Cafezal que era usada, antes da implantação da horta, como ponto de deposição clandestina de entulho, atraindo animais nocivos à saúde humana. A área foi cedida para a Associação de Moradores por um funcionário da Prefeitura de Belo Horizonte que, para a cessão, solicitou o Estatuto da Associação sem, contudo, realizar qualquer registro da horta na prefeitura.

Membros da Associação de Moradores relataram a diminuição de casos de acidentes com escorpiões e cobras após a limpeza e produção no terreno, principalmente na creche e na Associação de pais — localizadas no terreno da Associação. Na horta é feito o cultivo de folhosas, legumes, plantas medicinais e algumas árvores frutíferas. Com a inserção das práticas de produção de alimentos, a nova função substitui as antigas, criando novas relações sociais e novos significados para o local.

A Horta Comunitária Terra Nossa está localizada na Vila Acaba Mundo, situada na região Centro-Sul de Belo Horizonte, área marcada por ampla segregação socioespacial e especulação imobiliária. A horta foi criada no ano de 2008 através de processo desencadeado em decorrência de um mandato de demolição da moradia de uma família em função de um conflito fundiário envolvendo interesses imobiliários. A família mora na Vila há 26 anos, mas não possui o título de propriedade do terreno onde se situa a moradia. O uso coletivo de um terreno vazio, localizado nos fundos da casa da família ameaçada de ser desapropriada, para criação de uma horta comunitária, representou para os envolvidos uma ação estratégica para unir pessoas em torno daquela causa específica, que era a permanência da família no local. Esta ação buscava dar visibilidade e politizar o caso através do uso jurídico do conceito de função social da propriedade. Tal conceito politiza a ação na medida em que busca o controle da ação privada sobre o solo urbano em favor de maior segurança e justiça para grupos sociais empobrecidos.

As iniciativas aqui descritas, apesar de todo o mérito e envolvimento coletivo a elas associado, tem apresentado dificuldades quanto à manutenção das hortas comunitárias principalmente relacionadas ao fato de localizarem-se em vilas e favelas. Já as dificuldades vivenciadas pela iniciativa apresentada a seguir estão associadas à capacidade deste grupo deslocar-se na cidade e criar uma rede de apoio.

O Grupo Semear está localizado na região do Taquaril, composta por bairros periféricos localizados na região leste do município. O Grupo está organizado em torno de um conjunto específico de ações pautadas por conceitos como agricultura urbana, segurança alimentar e nutricional, economia popular solidária, agroecologia, medicina popular, saúde comunitária e autogestão (GRUPO CAUSA, 2007).

O Grupo Semear é informal, pratica a autogestão e seus membros são identificados como *conhecedores populares de plantas medicinais*. Tem como ações a realização de cursos, assessorias e oficinas, em diferentes espaços públicos e privados, sobre fitocosméticos, medicina popular e produção de alimentos naturais; a realização de caminhadas em áreas verdes urbanas, nas quais aprendem e ensinam a identificar, coletar e usar plantas medicinais do Cerrado; a transformação de alimentos *in natura*, de forma artesanal, buscando o aproveitamento máximo de suas partes para gerar o mínimo de resíduos orgânicos e aproveitar as propriedades nutritivas e biológicas; e, ainda, a comercialização de lanches naturais e remédios caseiros.

A partir do acúmulo de conhecimento e das parcerias, o grupo passou a oferecer cursos sobre plantas medicinais em outros bairros de Belo Horizonte e, posteriormente, em outras cidades da RMBH e do Estado. Apesar da visibilidade adquirida, a restrição material que envolve o deslocamento para disseminação deste conhecimento é uma das grandes fragilidades do grupo.

Considerações Finais

As experiências conhecidas até o momento permitem dizer que existem duas vias de ponderação das práticas de cultivo na cidade de Belo Horizonte: aquelas que ocorrem nos lugares, fazendo uso de recursos locais próprios, e aquelas pensadas pelas políticas públicas governamentais. A implantação do Programa Cidades Cultivando para o Futuro, em Belo Horizonte, foi de suma importância para levar aos espaços públicos de debate o tema da agricultura urbana, porém sem dar visibilidade às iniciativas populares já existentes na cidade.

Levar ao debate público iniciativas da cidade oculta pode ser uma forma de fortalecê-las, pois se propicia visibilidade a um tema que não é pautado como compromisso público. São relações sociais, práticas espontâneas, sentidos e sentimentos que já estavam nos lugares, nas lajes de cobertura das residências e nos taludes ocupados antes de se tornarem objetos de intervenções do governo municipal e objeto de estudos acadêmicos. “Na sociedade brasileira, podemos dizer que a realidade é subversiva ao pensamento conservador. Daí o potencial de uma ação pedagógica sobre o reconhecimento da cidade real, em especial da ‘cidade oculta’” (MARICATO, 2000, p. 186).

A agricultura urbana, enquanto uma prática, se apresenta aos nossos olhos como um elemento da realidade sobre o qual há um conhecimento a ser alcançado, pois existem intervenções que podem ser feitas sobre essa realidade. Aproximar-se, ver como as práticas são realizadas, perceber os sentidos dados às práticas, conversar com quem faz e conviver com aqueles que são os maiores interessados no conhecimento produzido e em seu uso:

estes são caminhos metodológicos que podem nos permitir compreender e criar versões, com maior propriedade, sobre o que nomeamos agricultura urbana. Tal aproximação com a realidade que queremos conhecer e sobre a qual desejamos agir deve ter em conta que a agricultura urbana está articulada a relações mais amplas da produção capitalista, ao planejamento urbano e ao fenômeno da globalização.

Diante do amplo interesse dos governos nacionais e locais em promover agricultura urbana, Brand e Muñoz (2007) fizeram o esforço intelectual de compreender os possíveis interesses contidos nas idéias de cidade ecológica, cidade produtiva e cidade inclusiva, que são objetivos da agricultura urbana, tal como formulado pelos organismos internacionais e que têm amplo rebatimento nas políticas implementadas em Belo Horizonte. Tais idéias podem ser expressas na promoção da melhoria da qualidade ambiental das cidades, na segurança alimentar e nutricional e na inclusão dos produtores marginalizados através da geração de renda e valorização dos seus saberes.

Para Brand e Muñoz (2007), as políticas de agricultura urbana representam uma adequação das políticas sociais aos ideários neoliberais, na medida em que não tomam as práticas agrícolas em sua acepção mais ampla, mas como atividades que atendem às necessidades alimentares imediatas dos grupos urbanos historicamente marginalizados. Isso feito, ainda, com baixos investimentos de capital, de pessoal e com pouco ajustamento na legislação urbanística e sanitária realizada pelos governos locais.

Nesse esforço, os autores apontam supostos motivos pelos quais os diversos governos poderiam estar interessados nas práticas da agricultura urbana, apesar da inexistência de dados que comprovem sua eficiência técnica e do seu baixo impacto na melhoria das condições materiais da vida dos produtores, a saber: 1) possibilidade dos governos locais se articularem para acessar recursos de redes internacionais; 2) participar de um campo pioneiro de gestão ambiental que favorece a autopromoção política dos dirigentes municipais que aparecem como autoridades inovadoras e progressistas; 3) o baixo custo das políticas apesar das dificuldades de implantação; 4) possibilidade de legitimar as administrações urbana e de regular o comportamento social através da reconstrução de significados sociais por meio da mobilização de valores ligado à natureza.

Devido às dificuldades de construção de uma política capaz de romper com interesses hegemônicos, que possibilitaria a distribuição de renda e, assim, reduzir a fome e a pobreza material nas cidades, os governos locais, estimulados pelos ideários neoliberais, passam a valorizar os indivíduos e a vida cotidiana. Essa postura se impõe na medida em que as instituições públicas são privatizadas e as possibilidades de distribuição de riquezas sociais ficam a cargo do mercado financeiro, que deseja agir livremente sem responsabilidade social. Deixar no domínio das empresas privadas o que era do poder do

Estado implica a redução da capacidade de gastos e investimentos públicos em infraestrutura e serviços sociais.

Nesse contexto, os governos locais inventam novas formas de atuar, criando o indivíduo autogestionário. Ao indivíduo, fica a responsabilidade de garantir sua própria sobrevivência. O que é comum nas cidades brasileiras em que a reprodução da força de trabalho ocorre pelas vias informais (ex: autoconstrução, mutirão, agricultura urbana) e “pelos expedientes da subsistência”, como nos lembra Maricato (2000).

O reconhecimento do “agricultor urbano” como agente promotor da qualidade de vida urbana, dá-se baseado no apoio pessoal e na força física desse trabalhador. Quando a agricultura urbana aparece como atividade para o embelezamento, lazer e melhoria ambiental das cidades, o fato de que ela é fruto do trabalho braçal e que demanda uma jornada não é evidenciado. Parece ficar subentendido que a agricultura urbana é um trabalho que não tem valor remunerável, apesar de sua produção material e localizada.

Em alguns discursos, presenciados em eventos e encontros que tratam o tema da agricultura urbana na cidade de Belo Horizonte, no esforço de enaltecer os seus potenciais benefícios para a melhoria da qualidade de vida urbana, a agricultura urbana aparece fortemente como atividade de lazer descolada da referência do trabalho. Tal idéia não pode ser generalizada, na medida em que a agricultura urbana é, também, trabalho braçal, como já dito, informal e não remunerado. Ressalta-se, inclusive, que no diagnóstico realizado no âmbito do programa CCF, em 2007, a prática foi pouco citada como atividade econômica principal, pois não traz segurança para o trabalhador.

A agricultura é realizada no tempo livre do trabalho formal, quando este existe, pois a deterioração dos salários e o aumento dos preços dificultam o acesso aos alimentos através das grandes redes de supermercados. A autoprodução aparece como complemento que permite reprodução da vida. Partindo deste ponto, podemos dizer que a agricultura urbana, ingenuamente compreendida e incentivada, pode reforçar o movimento de redução de custos que as empresas, em nome da concentração de capital, vêm realizando através da baixa remuneração do trabalho. Esse processo mantém o trabalhador, mesmo nos espaços domésticos e comunitários, submetido ao trabalho para a sobrevivência.

A agricultura urbana pode ser um importante elemento de reconstrução da sociabilidade ao favorecer a mudança de fatos que mantêm determinados comportamentos. No entanto, ela também pode dificultar a sociabilidade no ambiente familiar. Esse é um fato expresso pelos produtores que se envolvem em hortas comunitárias no tempo livre do trabalho e deixam de ter tempo disponível para o convívio familiar.

Quanto ao reconhecimento do indivíduo, outro elemento pode ser trazido para a discussão: a participação do “povo comum” na política. Os indivíduos que nunca foram ouvidos pelo poder público — historicamente mantenedor de uma postura elitista e

autoritária que reclama a prerrogativa de tutelar as iniciativas sociais e políticas das camadas populares, tal como discute Lúcio Kowarick (1979) — passaram a ter suas iniciativas espontâneas e seus saberes valorizados pelo governo local. Este mobiliza os valores da vida típica do campo, latentes nos indivíduos, e nomeia-os de agricultores urbanos no intuito de criar um sentimento de pertencimento com as práticas que realizam. Na compreensão de Brand e Munõz (2007), tal abordagem favoreceria a construção do indivíduo responsável por sua sobrevivência.

Por outro lado, ao tratar do esforço de institucionalização das práticas de agricultura urbana, há uma ênfase flagrante na participação do cidadão comum na tomada de decisões — o que é uma novidade no Brasil, desde o final do século XX. O planejamento urbano, sempre tomado como competência de uma elite iluminada, vem experimentando mudanças importantes na direção da participação popular.

As possibilidades de ampliação dos processos democráticos estão colocadas, mas a participação do indivíduo na tomada de decisões públicas pode ser dificultada com os condicionamentos impostos pelos procedimentos das políticas públicas locais. A regulação do comportamento social do produtor urbano pode se dar através da mobilização para que se organizem em grupos formais e realizem algumas atividades — como capacitar-se em técnicas agroecológicas que permitam proteger o meio ambiente e obter conhecimentos específicos para beneficiar e comercializar seus produtos, atendendo aos princípios da Economia Solidária. Para Brand e Muñoz (2007), os produtores são mobilizados para se tornarem líderes comunitários, gestores, para serem auto-suficientes e até mesmo darem exemplos para a comunidade no caso de se tornarem multiplicadores e educadores populares. No esforço de medir a eficácia dos programas, os produtores devem ser organizados, registrados e monitorados. Para alguns produtores, tais esforços podem parecer “desvantajosos” em relação às práticas mantidas na informalidade, em que ele define seu agir.

O que Brand e Muñoz (2007) enfatizaram é que o aparente consenso e otimismo em torno das potencialidades da agricultura urbana podem estar encobrindo adequações feitas pelo governo local ao contexto das políticas neoliberais, que combinam a autogestão da pobreza e as iniciativas das populações urbanas marginalizadas.

O tema da agricultura urbana é, ainda, uma discussão frágil, que enfrenta desafios para a sua efetivação enquanto política social com rebatimentos em políticas urbanas e ambientais. Pode assumir a forma de um projeto contra-hegemônico favorável à cooperação e às transformações sociais profundas ou pode favorecer um ideário neoliberal, com respostas pontuais às carências urbanas e que neguem os problemas estruturais.

Apesar dos riscos apontados, as políticas públicas e o planejamento podem ajudar a criar instrumentos e ações para fortalecer as práticas produtivas voltadas ao atendimento

nutricional de grupos sociais que sofrem de carências alimentares e têm a agricultura urbana como uma prática que mobiliza e fortalece a cultura alimentar. Nos espaços coletivos de debate, trata-se de construir uma concepção da agricultura urbana, dando-lhe os significados desejados, que terá implicações na elaboração de políticas públicas e poderá criar realidades sociais concretas, promotoras de transformação social e construção da democracia. A partir dessas representações construídas, governo e sociedade terão que definir a implantação de programas e metas para uma futura política de agricultura urbana disputando e estabelecendo estratégias de transformação social no campo e na cidade.

Referências Bibliográficas

BARBOSA, Malba Tahan. *Educação ambiental popular*. estudo de caso sobre a experiência do Centro de Vivência Agroecológica - CEVAE/Taquaril. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2002.

BRAND, Peter; MUÑOZ, Edwin. Cultivando ciudadanos: agricultura urbana desde una perspectiva política. *Cadernos IPPUR/UFRJ*. Rio de Janeiro, v. XXI, n. 1, p. 47-70, jan./jul. 2007.

GRUPO CAUSA. Receitas Especiais Grupo CAUSA. In: LIBÂNIO, Clarisse de Assis (Org.). *Favela é isso aí*. Prosa e poesia no morro. Belo Horizonte: Favela é isso aí, 2007. p. 73-92.

COUTINHO, Maura Neves. Agricultura Urbana: práticas populares e sua inserção em políticas públicas. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2010.

COUTINHO, Maura Neves. *Agricultura urbana*: reflexão e análise sobre os marcos legais e normativos do município de Belo Horizonte. Monografia (Graduação em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

FROTA, Lélia Coelho. *Criações populares*. Vídeos Sempre Um Papo. 6 de agosto de 2009. Disponível: <http://www.youtube.com/watch?v=1lpznQQARc&feature=player_embedded>. Acesso em: 20 dez. 2009.

HISSA, Cássio Eduardo Viana; MELO, Adriana Ferreira de. O lugar e a cidade: conceitos do mundo contemporâneo. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais*: desafios para o conhecimento disciplinar. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 293-308.

HOGAN, Daniel Joseph. *População e meio ambiente*. Textos NEPO 16. Campinas: UNICAMP, 1989.

KOWARICK, Lúcio. *A espoliação urbana*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

LESSA, Renato. *Relativização*: um mundo múltiplo. Programa Café Filosófico CPFL. 30 de novembro de 2009. Disponível em: <<http://cpflcultura.com.br/posts/videos>>. Acesso em: 12 dez. 2009.

MADALENO, Isabel Maria. *A cidade das mangueiras*: agricultura urbana em Belém do Pará. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

MARICATO, Ermínia. As idéias fora do lugar e o lugar fora das idéias: planejamento urbano no Brasil. In: ARANTES, Otilia; VAINER, Carlos; MARICATO, Ermínia (Org.). *A cidade do pensamento único: desmanchando consensos*. Petrópolis: Vozes, 2000. p. 121-192.

MONTE-MÓR, Roberto Luís de Melo. Urbanização extensiva e lógicas de povoamento: um olhar ambiental. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs.). *Território: globalização e fragmentação*. São Paulo: Hucitec/Anpur, 1994. p. 169-181.

MOREIRA, Crispim. Trajetórias contemporâneas da agricultura urbana. In: HISSA, Cássio Eduardo Viana (Org.). *Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008. p. 243-281.

ODUM, Eugene Pleasants. *Ecologia*. São Paulo: Pioneira, 1977.

PBH - Prefeitura de Belo Horizonte - FMP – Fundação Municipal de Parques. *Modelo de desenvolvimento sustentável*. [s.d.]. Disponível em: <<http://portalpbh.pbh.gov.br/pbh/ecp/contents.do?evento=Conteúdo&id\Conteudo=27303&chPlc=27303&termos=CEVAE>>. Acesso em: 6 out. 2009.

PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. *Cultivando mejores ciudades*. 1996. Disponível em: <http://www.idrc.ca/es/ev-95297-201-1-DO_TOPIC.html>. Acesso em: 05 out. 2009.

SANTANDREU, Alain; LOVO, Ivana. *Panorama da agricultura urbana e periurbana no Brasil e diretrizes políticas para sua promoção: identificação e caracterização de iniciativas de agricultura urbana e periurbana em regiões metropolitanas brasileiras*. 2007. Disponível em: <<http://www.rede-mg.org.br/?iid=56>>. Acesso em: 08 out. 2009.

SANTOS, Milton. *Manual de geografia urbana*. São Paulo: EDUSP, 2008 [1981].

SANTOS, Milton. *Metamorfoses do espaço habitado*. São Paulo: EDUSP, 2008 [1988].

SINGER, Paul. O uso do solo urbano na economia capitalista. In: MARICATO, Ermínia (org.). *A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial*. São Paulo: Alfa-Omega, 1979. p. 21-36.

TELLES, Lílian. *A construção do conhecimento agroecológico na trajetória histórica da ação da Rede de Intercâmbio de Tecnologias Alternativas em áreas urbanas em Belo Horizonte – MG*. 2006. Monografia (Especialização em Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília, Brasília, 2006.

ⁱ Notas de aula ministrada pela professora Lígia Maria Leite Pereira na UFMG. Mini-Curso História Oral, V Seminário Imigração Italiana em Minas Gerais - 27 a 29 de outubro de 2009.

ⁱⁱ A REDE é uma organização não-governamental, sem fins lucrativos, que atua tanto no meio rural quanto no urbano, com ações vinculadas ao campo da agroecologia, segurança alimentar e nutricional, economia popular solidária e agricultura urbana (COUTINHO, 2007).

ⁱⁱⁱ Notas de reunião da Articulação Metropolitana de Agricultura Urbana 06/02/2010 (COUTINHO, 2010).

^{iv} A proposta surgiu em 2004, após o fim do Programa Centro de Recursos Globais para Agricultura Urbana e Florestas (RUAF) e do Projeto Regional Otimização de Espaços Vazios para a Agricultura Urbana, implementado em cidades médias pelo IPES e pelo Centro Internacional de Investigações para o Desenvolvimento (IDRC) em parceria com o Programa de Gestão Urbana da ONU.

^v Uma discussão aprofundada destas práticas pode ser encontrada em Coutinho (2010).